

Discursos sobre homossexualidade (s) em contexto escolar: Uma possível tipologia

Hugo Santos¹; Isabel Menezes²; Sofia Marques da Silva³

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; hugosantos@fpce.up.pt

² Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; imenezes@fpce.up.pt

³ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; sofiamsilva@fpce.up.pt

Resumo: A linguagem tem um peso na forma como as identidades são produzidas, reproduzidas, questionadas ou rejeitadas. O discurso estabelece as condições de possibilidade através das quais modelamos o que somos. Decorrentes dos avanços políticos em relação aos direitos de pessoas LGBTI (lésbica, gay, bissexual, transgénero e intersexo), identificações não-heterossexuais tendem a ser cada vez mais legítimas. Porém, os contextos educativos formais tendem ainda a ser espaços de violência e discriminação nos quais os discursos desqualificadores impossibilitam jovens LGBTI de um entendimento afirmativo da sua própria sexualidade, renegando-os/as para processos de descoberta sofredores ou resignados. Através de uma pesquisa em 12 escolas públicas do Norte de Portugal (2015-2017) com recurso metodológico a grupos de discussão focalizada com jovens estudantes, é possível traçar um modelo analítico do discurso sobre as homossexualidades: um discurso de aceitação liberal; um discurso de aceitação tolerante; um discurso agressivamente homofóbico e um discurso crítico e desconstrutivista.

Palavras-chave: Educação; Escola; Discurso; Homofobia; LGBTI

Nos últimos anos, o preconceito homofóbico tem sido politicamente questionado especialmente com o reconhecimento de certos direitos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI) – isto é, pessoas cujas orientações, identidades e relações desafiam o modelo cultural da heterossexualidade – no âmbito do Estado e da lei (e.g., casamento entre pessoas do mesmo sexo). É longa e complexa a história dos movimentos políticos em torno dos diversos direitos de pessoas LGBTI, mas um cerne

comum é o desafio conciso à forma preconceituosa como este grupo em particular é representado através de discursos objetificadores e abusivos que muitas vezes se apresenta como causa e consequência da violência que torna pessoas LGBTI alvo (Santos, 2013). Mesmo hoje, onde algumas mudanças políticas parecem incontornáveis e a homofobia parece ser mais censurável, continua-se a demonstrar a existência e prevalência do preconceito, acabando por se deduzir que enquanto a “homofobia institucional” (do Estado, Lei e restantes instituições) tem sido questionada, a “homofobia social” (das relações interpessoais) tem permanecido mais ou menos, incólume.

Como a primeira instituição pública da socialização secundária dos/as jovens, é na escola que as relações interpessoais com o(s) Outro(s) tem um lugar inerente. Todavia, ao mesmo tempo que se apresenta como um contexto democrático e seguro de desenvolvimento e emancipação, a escola tem sido um contexto por excelência de discriminação e violência onde os discursos estereotipados e desqualificadores impossibilitam jovens LGBTI de um entendimento afirmativo da sua própria sexualidade, renegando-os/as para processos de descoberta, muitas vezes solitários, sofredores ou resignados da sua sexualidade pré-discursivamente constituída como marginal (Louro, 2000; Pascoe, 2007).

O decreto-lei da Educação Sexual (N.º 60/2009) estabelece a “orientação sexual” como uma dimensão através da qual se deve promover o respeito e prevenir violências. Contudo, escassos são ainda os estudos que procurem averiguar até que ponto o decretado legalmente tem efeitos na realidade quotidiana. Na verdade, em matéria de direitos LGBTI em Portugal, tende-se a admitir que as mudanças legais podem não ter sido acompanhadas com a respetiva mudança de mentalidades (Santos, 2013).

Através de uma pesquisa em 12 escolas públicas com o ensino secundário localizadas no Norte litoral urbano de Portugal (2015-2017), e com recurso metodológico a grupos de discussão focalizada (GDF) com jovens estudantes, procurou-se aceder e compreender os discursos dos/as sobre homossexualidade (masculina e feminina). Foram realizados 36 GDF's com 232 jovens estudantes (106 rapazes e 126 raparigas entre os 16 e os 19 anos de idade). A constituição da população participante foi da responsabilidade dos/as Directores/as de Turma após reuniões prévias entre os/as investigadores/as e a Direção da Escola. Para a sua constituição, os/as Directores/as de Turma apenas tinham alguma indicação em termos de

equilíbrio de género (grupos mistos) e número de participante (entre 4 a 10 elementos).

Tendo em conta que, pela sua inerente familiaridade e pela reunião básica de condições, um dos locais preferenciais para a realização dos GDF eram as salas de aulas, começou-se por dispor os elementos dos grupos em círculo, em redor de uma mesa, começando por explicar os objetivos da pesquisa e salientando a importância dos contributos e da participação (voluntária) de cada um/a, como nos grupos de discussão. Adotando-se, sempre que possível, uma estratégia de dupla parceria em que um dos investigadores assumia o papel de “moderador” e o outro (geralmente, uma mulher) o papel de “observador” cuja tarefa seria tomar notas sobre comportamentos não-verbais – ambos experientes na condição destes grupos –, iniciou-se com um quebra-gelo que possibilitasse a apresentação de cada um (e.g., nome), como o sugerido pela literatura (cf. Bloor, Franland, Thomas, Michelle & Robson, 2001). Houve ainda algumas considerações éticas, antes, durante e depois da pesquisa, como, por exemplo, consentimento informado (das escolas, dos participantes e dos encarregados de educação), anonimato (relativo) dos participantes e instituições (e.g., trocaram-se os nomes dos intervenientes e deu-se o nome de cores às instituições), confidencialidade dos dados e devolução e, sempre que possível, discussão de dados.

Para a análise dos discursos recorreu-se ao posicionamento da Análise Crítica do Discurso (ACD) e à técnica da Análise Temática (AT). A ACD consubstancializa-se num modo peculiar de entender o discurso como parte constitutiva das opressões que minam as possibilidades de identificação de grupos historicamente marginalizados (Jørgensen & Phillips, 2002). A AT caracteriza-se por ser uma técnica que permite organizar uma grande quantidade de dados a partir da constituição de padrões de significado (Braun & Clarke, 2006).

O que a investigação demonstra, em primeiro lugar, é a complexidade das opiniões que, de algum modo, traduz a própria complexidade do social. Não se pode adotar nem um discurso negacionista (de que a homofobia não existe) nem um discurso essencialista ou negativista (de que tudo é homofobia). Definida muito sucintamente como um conjunto de atitudes negativas face a pessoas não-heterossexuais e as suas sexualidades (Borrillo, 2010), a homofobia tem que ser compreendida como um espectro ou *continuum* de atitudes que vão desde de uma agressão física declarada à

desinformação “inocente” (Riddle, 1994). Ao mesmo tempo, integra-se uma compreensão da relação com o Outro (alteridade) que não se resume a uma dimensão negativa (homofobia) mas abarca visões, inclusive, mais positivas em diferentes graus (Magalhães & Stoer, 2005). Considera-se então que existem 4 instâncias do discurso principais, que se passa a elucidar:

Discurso crítico ou desconstrutivista

É um discurso raro. É um discurso que desconstrói as atitudes preconceituosas de uma forma crítica e desconstruída. Não se limita a ingressar em clichés liberais de aceitação mas vai mais longe (“eu penso que não devemos culpar os homossexuais efeminados mas sim a forma como a sociedade entende os padrões de comportamento das pessoas”). Tende a ser mobilizado sobretudo por raparigas.

Discurso de aceitação liberal (ou aceitação mainstream)

É um discurso no qual as identificações homossexuais são abertamente aceites sendo a justificação patenteada por um valor que é conferido à individualidade do sujeito (“cada um é como é”) e, por consequente, ao projeto individual de felicidade de cada um/a (“cada um tem o direito de ser feliz”). Em alguns momentos, existe uma autorreflexão simulada cujo objetivo é legitimar possibilidades homossexuais pelo argumento da relatividade (“quem sou para dizer o que é certo?”). Em outros momentos, o apelo à universalidade humana também é recorrente (“o que importa quem é ou o que a pessoa gosta?”). Não é um discurso negativo, mas circunscreve-se ao seu próprio sistema de circularidade.

Discurso de aceitação condicional (ou tolerância)

É um discurso no qual sujeitos não-heterossexuais são aceites desde que cumpram informalmente um conjunto de condições. Geralmente essas condições têm a ver com aspetos de visibilidade simbólica (e.g., manifestações públicas de afeto, comportamentos de género), deixando o questionamento de que, se a pessoa fosse ou não discriminada sem esses mesmos aspetos, o que significa que é uma atitude cínica e hipócrita que Magalhães e Stoer (2005) já referiam como “multiculturalismo benigno”. Existem ganchos discursivos que fazem parte do imaginário desta retórica (“não tenho nada desde que” ou “gay mas não bicha”). Não se pode dizer que

este tipo de discurso é homofóbico no sentido monolítico do termo (homofobia como agressão), mas sem dúvida que privilegia uma asserção homofóbica em detrimento da aceitação. O elo de ligação entre este tipo de discurso e a “homofobia pura” é a “homofobia racionalizada”, isto é, sujeitos que, de algum modo, estruturam o seu discurso de forma a não parecerem “néscios homofóbicos” sem racionalidade ou respeitabilidade, mas ainda assim mobilizando retórica homofóbica *ad nauseum*.

Discurso agressivamente homofóbico

É o discurso homofóbico em todo o seu esplendor. Geralmente gera uma certa controvérsia sendo o conceito de “norma” (e, por extensão, de “anormal”) o divisor através do qual a própria humanidade da pessoa homossexual pode ou não ser inteligível (“não aceito; não é normal, venha quem vier”). Este discurso só não é pior porque é amparado pela desejabilidade social coextensiva à própria abordagem metodológica do estudo (grupos de discussão intersexual) e, por isso, não é tão comum. Há, claro, vários aspetos complexos sobre este tipo de discurso: alguns jovens rapazes mobilizam-no performativamente através daquilo que McCormack (2012) denomina de “recuperações heterossexuais” e também não se pode deixar de considerar que muitos sujeitos podem accionar este tipo de discurso como uma negação simbólica dos seus próprios desejos homossexuais em conflito.

Como parece ser notório, os discursos sobre homossexualidade são inúmeros. Ainda que se assuma a vigilância crítica suficiente para não se inscrever numa lógica conservadora de afirmar qual o melhor discurso, salienta-se que existem, porém, discursos desinformados que exercem efeitos regulatórios sobre outros jovens e que devem ser questionados e desconstruídos. Tem-se consciência de algumas limitações da pesquisa (e.g., tratam-se de escolas essencialmente urbanas não sendo representativas do universo escolar). Porém, destaca-se o facto de se tratar um dos poucos estudos qualitativos nacionais sobre diversidade sexual e escola. Como contributos, apela-se então a uma concreta política escolar que promova discussões sobre matérias relativas à orientação sexual e identidade de género e que envolva não só corpo docente como também a restante comunidade (encarregados/as de educação, funcionários/as, etc.).

Referências:

- Bloor, Michael; Franland, Jane; Thomas, Michelle & Robson, Kate (2001). *Focus Groups in Social Research*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3:2, 77-101
- Decreto-lei da Educação Sexual (No60/2009). Regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Diário da República – 1.a serie No. 151. [of School-based Sexuality Education].” Diário da República – 1.a serie No. 151.
- Foucault, M. (1994 [1976]). *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Jørgensen, M. & Phillips, L. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. London: Sage Publications.
- Louro, Guacira Lopes (2000). *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto: Porto Editora.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Petrópolis: Vozes.
- Pascoe, C. J. (2007). *Dude, you're a fag. Masculinity and sexuality in high school*. California, CA: University of California Press.
- Riddle, D. (1994). *The Riddle scale. Alone no more: Developing a school support system for gay, lesbian and bisexual youth*. St. Paul: Minnesota State Department.
- Santos, A. C. (2013). *Social movements and sexual citizenship in southern europe*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Stoer, Stephen R. & Magalhães, António (2005). *A Diferença Somos Nós – A Gestão da Mudança social e as Políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.